NORMA INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE 10

Acontecimentos após o Período de Relato

O texto abaixo foi retirado do da [versão consolidada](#) das normas disponível no site do Jornal Oficial da União Europeia. Este texto constitui um instrumento de documentação e não tem qualquer efeito jurídico. As Instituições da União não assumem qualquer responsabilidade pelo respetivo conteúdo. As versões dos atos relevantes que fazem fé, incluindo os respetivos preâmbulos, são as publicadas no Jornal Oficial da União Europeia e encontram-se disponíveis no EUR-Lex. É possível aceder diretamente a esses textos oficiais através das ligações incluídas no presente documento

OBJECTIVO

1. O objetivo desta Norma é o de prescrever:

- a) quando uma entidade deve ajustar as suas demonstrações financeiras quanto a acontecimentos _ após o período de relato ; e
- b) as divulgações que uma entidade deve dar acerca da data em que as demonstrações financeiras forem autorizadas para emissão e acerca de acontecimentos _ após o período de relato .

A Norma também exige que uma entidade não deve preparar as suas demonstrações financeiras numa base de continuidade se os acontecimentos _ após o período de relato indicarem que o pressuposto da continuidade não é apropriado.

ÂMBITO

2. Esta Norma deve ser aplicada na contabilização e divulgação de acontecimentos _ após o período de relato .

DEFINIÇÕES

3. Os termos que se seguem são usados nesta Norma com os significados especificados:

Acontecimentos _ após o período de relato são aqueles acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorram entre a data _ da demonstração da posição financeira e a data em que as demonstrações financeiras forem autorizadas para emissão. Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos:

- a) aqueles que proporcionem prova de condições que existiam _ no fim do período de relato (*acontecimentos _ após o período de relato que dão lugar a ajustamentos*); e
- b) aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram _ após o período de relato (*acontecimentos _ após o período de relato que não dão lugar a ajustamentos*).

4. O processo envolvido na autorização da emissão de demonstrações financeiras variará dependendo da estrutura de gestão, dos requisitos oficiais e dos procedimentos seguidos na preparação e finalização das demonstrações financeiras.

5. Nalguns casos, exige-se que uma entidade apresente as suas demonstrações financeiras aos seus acionistas para aprovação após as demonstrações financeiras terem sido emitidas. Em tais casos, as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão na data de emissão e não na data em que os acionistas aprovam as demonstrações financeiras.

Exemplo

A gerência de uma entidade conclui o seu projeto de demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 20x1 em 28 de fevereiro de 20x2. Em 18 de março de 20x2, o órgão de direção revê as demonstrações financeiras e autoriza a sua emissão. A entidade anuncia o seu lucro e outras informações financeiras selecionadas em 19 de março de 20x2. As demonstrações financeiras ficam disponíveis aos acionistas e a outros em 1 de abril de 20x2. Os acionistas aprovam as demonstrações financeiras na sua reunião anual em 15 de maio de 20x2 e as demonstrações financeiras aprovadas são em seguida depositadas num organismo regulador em 17 de maio de 20x2.

As demonstrações financeiras são autorizadas para emissão em 18 de março de 20x2 (data da autorização do Conselho para emissão).

6. Nalguns casos, exige-se que a gerência de uma entidade emita as suas demonstrações financeiras para um conselho de supervisão (constituído unicamente por não executivos) para aprovação. Em tais casos, as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão quando a gerência autorizar a sua emissão para o conselho de supervisão.

Exemplo

Em 18 de março de 20x2, a gerência de uma entidade autoriza a emissão de demonstrações financeiras para o seu conselho de supervisão. O conselho de supervisão é constituído exclusivamente por não executivos e pode incluir representantes de empregados e de outros interesses estranhos. O conselho de supervisão aprova as demonstrações financeiras em 26 de março de 20x2. As demonstrações financeiras ficam disponíveis aos acionistas e a outros em 1 de abril de 20x2. Os acionistas aprovam as demonstrações financeiras na sua reunião anual em 15 de maio de 20x2 e as demonstrações financeiras são em seguida depositadas num organismo regulador em 17 de maio de 20x2.

As demonstrações financeiras são autorizadas para emissão em 18 de março de 20x2 (data de autorização da gerência para emissão para o conselho de supervisão).

7. Acontecimentos _ após o período de relato incluem todos os acontecimentos até à data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, mesmo que esses acontecimentos ocorram após o anúncio público de lucros ou de outra informação financeira selecionada.

NORMA INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE 10

Acontecimentos após o Período de Relato

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Acontecimentos após o período de relato que dão lugar a ajustamentos

8. Uma entidade deve ajustar as quantias reconhecidas nas suas demonstrações financeiras para refletir os acontecimentos _ após o período de relato que dão lugar a ajustamentos.

9. Seguem-se exemplos de acontecimentos após o período de relato que exigem que uma entidade ajuste as quantias reconhecidas nas suas demonstrações financeiras, ou que reconheça itens que não eram anteriormente reconhecidos:

a) a resolução, após o período de relato , de um caso judicial que confirma que a entidade tinha uma obrigação presente _ no fim do período de relato . A entidade ajusta qualquer provisão anteriormente reconhecida relacionada com este caso judicial de acordo com a IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes* ou reconhece uma nova provisão. A entidade não divulga meramente um passivo contingente porque a resolução proporciona provas adicionais que seriam consideradas de acordo com o parágrafo 16. da IAS 37;

b) a receção de informação após o período de relato que indique que um ativo estava em imparidade no fim do período de relato , ou que a quantia da perda por imparidade anteriormente reconhecida para esse ativo precisa de ser ajustada. Por exemplo:

i) A falência de um cliente que ocorre após o período de relato confirma geralmente que o cliente estava em imparidade por perdas de crédito no fim do período de relato;

ii) a venda de inventários _ após o período de relato pode dar evidência acerca do valor realizável líquido _ no fim do período de relato;

c) a determinação após o período de relato do custo de ativos comprados, ou os proventos de ativos vendidos, antes da data _ da demonstração da posição financeira ;

d) a determinação após o período de relato da quantia de participação no lucro ou de pagamentos de bónus, caso a entidade tivesse uma obrigação presente legal ou construtiva _ no fim do período de relato de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos antes dessa data (ver IAS 19 *Benefícios dos Empregados*);

e) a descoberta de fraudes ou erros que mostrem que as demonstrações financeiras estão incorretas.

Acontecimentos após o período de relato que não dão lugar a ajustamentos

10. Uma entidade não deve ajustar as quantias reconhecidas nas suas demonstrações financeiras para refletir os acontecimentos após o período de relato que não dão lugar a ajustamentos.

11. Um exemplo de um acontecimento após o período de relato que não dá lugar a ajustamentos é um declínio no justo valor dos investimentos entre o final do período de relato e a data em que foi autorizada a emissão das demonstrações financeiras. O declínio no justo valor não está normalmente ligado ao estado dos investimentos no final do período de relato, mas reflete circunstâncias que surgiram posteriormente. Portanto, uma entidade não ajusta as quantias reconhecidas nas suas demonstrações financeiras relativas aos investimentos. De forma semelhante, a entidade não atualiza as quantias divulgadas relativas aos investimentos _ no fim do período de relato , embora possa necessitar de dar divulgações adicionais de acordo com o parágrafo 21.

Dividendos

12. Se uma entidade declara dividendos a detentores de instrumentos de capital próprio (conforme definido na IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Apresentação*) _ após o período de relato , a entidade não deve reconhecer esses dividendos como um passivo _ no fim do período de relato .

13. Se os dividendos forem declarados após o período de relato, mas antes de as demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão, os dividendos não são reconhecidos como um passivo no final do período de relato porque não existe qualquer obrigação nessa altura. Tais dividendos são divulgados nas notas de acordo com a IAS 1 *Apresentação das Demonstrações Financeiras*.

CONTINUIDADE

14. Uma entidade não deve preparar as suas demonstrações financeiras numa base de continuidade se a gerência determinar _ após o período de relato que pretende ou liquidar a entidade ou cessar de negociar, ou que não tem alternativa realista senão fazê-lo.

15. A deterioração nos resultados operacionais e da posição financeira _ após o período de relato pode indicar a necessidade de considerar se ainda é ou não apropriado o pressuposto da continuidade. Se o pressuposto da continuidade deixar de ser apropriado, o efeito é tão profundo que esta Norma exige uma alteração fundamental no regime de contabilidade, em vez de um ajustamento nas quantias reconhecidas no âmbito do regime de contabilidade original.

16. A IAS 1 especifica as divulgações exigidas se:

a) as demonstrações financeiras não forem preparadas numa base de continuidade; ou

b) a gerência estiver ciente de incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvida significativa na capacidade da entidade para prosseguir em continuidade. Os acontecimentos ou condições que exijam divulgação podem surgir _ após o período de relato .

NORMA INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE 10

Acontecimentos após o Período de Relato

DIVULGAÇÃO

Data de autorização para emissão

17. Uma entidade deve divulgar a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e quem deu essa autorização. Se os proprietários da entidade ou outros tiverem o poder de alterar as demonstrações financeiras após emissão, a entidade deve divulgar esse facto.

18. É importante para os utentes saber quando é que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, porque as demonstrações financeiras não refletem acontecimentos após essa data.

Atualização da divulgação acerca de condições no fim do período de relato

19. Se uma entidade receber informação _ após o período de relato acerca de condições que existiam _ no fim do período de relato , ela deve atualizar as divulgações que se relacionem com essas condições, à luz da nova informação.

20. Nalguns casos, uma entidade necessita de atualizar as divulgações nas suas demonstrações financeiras para refletir as informações recebidas _ após o período de relato , mesmo quando as informações não afetam as quantias que a entidade reconhece nas suas demonstrações financeiras. Um exemplo da necessidade de atualizar divulgações é quando fica disponível evidência _ após o período de relato acerca de um passivo contingente que existia _ no fim do período de relato . Além de considerar se deve ou não reconhecer ou alterar uma provisão segundo a IAS 37, uma entidade atualiza as suas divulgações acerca do passivo contingente à luz dessa evidência.

Acontecimentos após o período de relato que não dão lugar a ajustamentos

21. Se ocorrer algum acontecimento após o período de relato que não dê lugar a ajustamentos mas seja material, será razoável considerar que a sua não divulgação poderá influenciar as decisões que os utentes primários das demonstrações financeiras de carácter geral tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras, que fornecem a informação financeira respeitante a uma determinada entidade que relata. Assim, uma entidade deve divulgar as seguintes informações para cada categoria material de acontecimentos após o período de relato que não dão lugar a ajustamentos:

a) **A natureza do acontecimento; e**

b) **Uma estimativa do seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita.**

22. Seguem-se exemplos de acontecimentos _ após o período de relato que não dão lugar a ajustamentos e que geralmente resultariam em divulgação:

a) uma importante concentração de atividades empresariais _ após o período de relato (a IFRS 3 *Concentrações de Atividades Empresariais* exige divulgações específicas em tais casos) ou a alienação de uma importante subsidiária;

b) anúncio de um plano para descontinuar uma unidade operacional;

c) compras importantes de ativos, classificação de ativos como detidos para venda de acordo com a IFRS 5 *Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas*, outras alienações de ativos, ou expropriação de ativos importantes pelo governo;

d) a destruição por um incêndio de uma importante instalação de produção _ após o período de relato ;

e) o anúncio ou início da implementação de uma reestruturação importante (ver IAS 37);

f) importantes transações de ações ordinárias e de transações de potenciais ações ordinárias _ após o período de relato (a IAS 33 *Resultados por Ação* exige que uma entidade divulgue uma descrição de tais transações, desde que essas transações não envolvam capitalização ou emissões de bónus, desdobramento de ações ou desdobramento inverso de ações, sendo a todos estes exigido o ajustamento segundo a IAS 33);

g) alterações _ após o período de relato anormalmente grandes em preços de ativos ou taxas de câmbio;

h) alterações nas taxas fiscais ou leis fiscais decretadas ou anunciadas _ após o período de relato que tenham um efeito significativo nos ativos e passivos por impostos correntes e diferidos (ver IAS 12 *Impostos sobre o Rendimento*);

i) assunção de compromissos ou passivos contingentes significativos, por exemplo, pela emissão de garantias significativas; e

j) iniciar litígios importantes que provenham unicamente de acontecimentos que ocorreram _ após o período de relato .

DATA DE EFICÁCIA

23. Uma entidade deve aplicar esta Norma aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2005. É encorajada a aplicação mais cedo. Se uma entidade aplicar esta Norma a um período que tenha início antes de 1 de janeiro de 2005, ela deve divulgar esse facto.

23.A. A IFRS 13, emitida em maio de 2011, emendou o parágrafo 11. Uma entidade deve aplicar esta emenda quando aplicar a IFRS 13.

23.B. A IFRS 9 *Instrumentos Financeiros*, tal como emitida em julho de 2014, emendou o parágrafo 9. As entidades devem aplicar esta emenda quando aplicarem a IFRS 9.

23.C. O documento *Definição do termo «material»* (emendas à IAS 1 e à IAS 8), emitido em outubro de 2018, emendou o parágrafo 21. As entidades devem aplicar estas emendas prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020. É permitida a aplicação mais cedo. Se uma entidade aplicar estas emendas a um período anterior, deve divulgar esse facto. Uma

NORMA INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE 10

Acontecimentos após o Período de Relato

entidade deve aplicar estas emendas quando aplicar as emendas à definição do termo «material» constante do parágrafo 7 da IAS 1 e dos parágrafos 5 e 6 da IAS 8.

RETIRADA DA IAS 10 (REVISTA EM 1999)

24. Esta Norma substitui a IAS 10 *Acontecimentos após o período de relato* (revista em 1999).